

## **Damas de espadas: Travestis em assembleias reivindicam a defesa de direitos humanos**

**Amadeu Cardoso do Nascimento<sup>1</sup>**  
**(UNILAB/Ceará)**

**RESUMO:** Esta pesquisa consiste em uma etnografia informada pela perspectiva transfeminista que procura compreender as alianças, resistências e ativismos de travestis na busca pela garantia de seus direitos sociais, civis e políticos. O universo estudado é a cidade de Fortaleza, CE, especificamente os espaços de alianças nos quais as travestis resistem e atuam. O trabalho se debruça tanto sobre as trajetórias de vida de ativistas como Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Andrea Rossati e Dediane Souza e de suas herdeiras, quanto sobre a descrição de atos políticos diversos que perfazem os movimentos sociais dos quais fazem ou fizeram parte. Tendo por inspiração fundamental as obras Nascimento (2021), Jesus (2019) Gomes de Oliveira (2018) e aportes teóricos como a teoria queer de Butler (2019, 2020, 2021), além dos estudos decoloniais e pós-coloniais, recorre-se à análise de documentos, à observação participante e às entrevistas de tal forma a promover uma descrição da constituição e da configuração presente do movimento no estado.

**Palavras-chave:** Travestis; Ativismo; direitos humanos.

### **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa antropológica parte do meu interesse em investigar as alianças, resistências de travestis e as múltiplas formas de ativismo na busca por garantia e defesa de seus direitos sociais, civis e políticos em Fortaleza, Ceará. O foco deste estudo, portanto, se encontra na relação entre travestis, travestilidades, resistências e ativismo. O universo estudado foi em Fortaleza e os espaços de alianças que essas travestis resistem e atuam.

As interlocutoras são travestis ativistas que de alguma forma são “herdeiras-filhas” de Janaína Dutra e de Thina Rodrigues, que atuaram junto ao movimento de travestis em Fortaleza. Janaína e Thina juntas fundaram a Associação de Travestis do Ceará<sup>2</sup> (Atrac), atuaram no Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) e ocuparam outros espaços na cidade de Fortaleza.

A escuta antropológica contribuiu profundamente para a escrita aqui apresentada. Os relatos das travestis, suas narrativas, experiências diante do ativismo, lutas coletivas e alianças em grupos nos fazem entender e nos envolver em uma discussão sobre as relações de opressão

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

<sup>2</sup> Até o ano de 2020, após o falecimento da travesti e ativista Thina Rodrigues e com a formação da nova diretoria a Associação inseriu as mulheres transexuais em sua sigla. Hoje é chamada de Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará.

gênero, raça e sexualidade que subjagam suas identidades de gênero, sexualidade e corporeidade, fragilizando seus direitos enquanto cidadãs.

Este trabalho tem como pergunta norteadora a seguinte questão: Como travestis têm criado mecanismos de resistência, alianças e ativismos para garantir seus direitos em Fortaleza-Ceará? Assim, tendo como objetivo geral investigar o ativismo de travestis em Fortaleza, narrando suas trajetórias de vida, cruzando suas histórias dentro do campo das resistências e das alianças em defesa dos direitos das Travestis.

Janaina Dutra, enquanto ativista, advogada e militante dos direitos às causas LGBTs, da livre orientação sexual e identidade de gênero, foi co-fundadora do Grupo de Resistência Asa Branca em 1989, assessora jurídica e vice-presidente nos mandatos de 1995, 1997, 1999 e 2001 da entidade. Na virada do século XX para o XXI outros grupos tomam o cenário nacional, inclusive a Associação de Travestis do Ceará (Atrac), criada em 2001 por Janaína Dutra e Thina Rodrigues e outras travestis. Hoje é conhecida como Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará. O Grab e Atrac são as primeiras instituições que surgiram no Ceará representantes da luta e garantia dos direitos das travestis. Elas contribuíram para que outras travestis se inserissem em outras instituições em Fortaleza, mobilizando toda uma categoria em torno de garantia e defesa de Direitos Humanos.

## **METODOLOGIA**

Apresento aqui, os primeiros passos metodológicos que ocorreram entre os anos de 2021 e 2022. Esses momentos ocorreram em meio a uma pandemia do Covid-19 e abertura dos espaços públicos e privados. A minha pesquisa exploratória foi o primeiro passo encontrado para me aproximar do cenário do campo de pesquisa, busquei nas redes sociais, lives no Instagram e palestras no Youtube me aproximar de coletivos de alianças de travestis na luta em defesa dos direitos; o segundo passo consistiu na seleção de documentos no site da Assembleia Legislativa dos Deputados do Ceará e da Câmara Legislativa Municipal de Fortaleza; terceiro passo ir para campo, participar de movimentos junto a Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará; e os passos finais foram as entrevistas com minhas interlocutoras com o objetivo de construir nossa escrita, conectando com os métodos anteriores escolhidos.

As entrevistas no campo etnográfico também tem sido têm sido importantes o uso da produção de autores Don Kulick (2008) em Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura do

Brasil e Luma Nogueira de Andrade (2015) em *Travesti na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*.

Em Nogueira (2015) “a pesquisa de campo na condição de método da antropologia passa a ser instrumento fundamental para o desenvolvimento de trabalho produzidos por especialistas com a técnica de imersão no universo social do sujeito que se propõe a ser pesquisado”. (2015, p. 30). A pesquisa realizada com jovens travestis nas escolas públicas do Ceará, revela o lado oculto das vivências de travestis, existe uma força social desloca para que as travestis permaneçam na margem. Elas rompem com os estereótipos singulares das características das travestis que são rejeitadas pela família, amigos, escola e sociedade. Não que essa realidade não aconteça até hoje, contudo não é essa a única “História”. As mudanças em torno das realidades das travestis estão repletas de resistências, enfrentamentos, alianças e conquistas.

O trabalho de campo etnográfico como estratégia metodológica tem um marco importante e é fundamental apontar a obra de Don Kulick (2008) *Travestis: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Sua pesquisa de campo aconteceu entre os anos de 1996 a 1997, em Salvador. Vivemos hoje em outros tempos, vinte e cinco anos (25 anos) se passaram desde o início da pesquisa Kulick e a história mudou. A vida das travestis mudou, o Brasil mudou, a vida na cidade mudou, a rede de ativismo, resistências e lutas mudaram. Contudo, muitas permanências se fazem presentes no cotidiano e no fazer das travestis. Como diz Kulick (2008) quando escreveu a apresentação à edição brasileira “é importante levar em conta que a etnografia converte-se muito rapidamente em história, e compreender que tanto o contexto quanto alguns detalhes das vidas das travestis (...) não são exatamente os mesmos de dez anos atrás.” (2008, p. 9). Em 2021 a rede de ativismo mudou, muitos grupos se formaram no território nacional, inclusive em Fortaleza, Ceará. Na época da pesquisa de Kulick (2008) “havia poucos grupos de ativistas nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, mas o ativismo travesti era ainda embrionário no restante do país.” (2008, p.9).

O uso de documentos foi alicerçado pelo método da História Social proposta por Marc Bloc (2001) e Antropologia do arquivo de Olívia Maria Gomes da Cunha (2004). Em Bloc (2001) os passos do historiador enquanto sujeito que constrói ciência e conhecimento histórico a partir de fontes. Segundo Lilia Schwarcz (2001), quando escreveu a apresentação à edição brasileira “Por uma historiografia da reflexão”, Marc Bloc se torna “uma espécie de fundador da “antropologia histórica, ao selecionar eventos marcados pelo seu contexto”. (2001, p. 9). A

história não é uma ciência exata, contribui também para representações coletivas dos sujeitos históricos. Segundo Bloc (2001) “a história é uma arte, a história é literatura. Frisa: a história é ciência, mas uma ciência que tem como uma de suas características, o que se pode significar sua franqueza, mas também sua virtude, ser poética, pois não pode ser reduzida a abstrações, leis, a estruturas.” (BLOC, 2001, p. 19). Defendendo a interdisciplinaridade ele dialoga com as ciências sociais e outras ciências humanas. A história é a ciência do tempo, e não do passado. É a ciência de homens, mulheres, travestis e tantas outras identidades de gênero no tempo. “Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claro e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los.” (BLOC, 2001, p. 79). Aqui recorro a arte do historiador, a arte de escrever, de ler, de pesquisar, de ouvir que habita em mim, que tem origem na formação inicial deste pesquisador de arquivos, de documentos, de memórias e de entrevistas.

Utilizamos como subsídios de análise dos documentos o entendimento de fontes históricas e arquivos antropológicos. Em “Tempos imperfeitos: uma etnografia do arquivo” de Olívia Maria Gomes da Cunha (2004). Arquivos oferecem marcas, fragmentos e sinais dentro de uma perspectiva etnográfica, ou uma etnografia do arquivo. “Como uma modalidade de investigação antropológica que toma determinados conjuntos documentais.” (CUNHA, 2004, p. 291). Essa relação do antropólogo com arquivos é recente. Além de nós historiadores, arquivistas e antropólogos têm utilizado os arquivos como vestígios do passado precisam ser interpretados. (BLOC, 2001). Os historiadores sempre afirmam que as fontes não falam por si só, é necessário perguntá-las, questioná-las. “Afinal, os documentos não falam e o diálogo com eles implica técnicas não exatamente similares às utilizadas no campo. No entanto, os antropólogos têm pretendido bem mais do que ouvir e analisar as interpretações produzidas pelos sujeitos que estudam” (CUNHA, 2004, p. 293), caminhando para além disso, compreendendo os contextos sociais e simbólicos em que foram produzidos. Os arquivos foram produzidos e constituídos por grupos de pessoas, grupos sociais e instituições. A antropologia não se limita apenas ao trabalho de campo, os arquivos também constituem como um método antropológico.

A partir da prática e da experiência da Etnografia do arquivo (CUNHA, 2004) e dos estudos da memória (POLLAK, 1989) utilizaremos as memórias produzidas pelo Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) para apresentar o contexto de surgimento dos ativismos de travestis na cidade de Fortaleza. O documentário Janaína Dutra: uma Dama de Ferro produzido

pelo Grab em 2010 será primordial para construirmos parte da história de Janaína Dutra e de outras travestis de Fortaleza. Em Pollak (1989) Memória, esquecimento e silêncio analisar a memória coletiva, ele nos diz “o filme-documentário tornou-se um instrumento poderoso para rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional.” (1989, p. 12). As memórias do Grab são memórias coletivas representam um momento da conjuntura e de um grupo social, e por mais sólidos que estejam sua memória “pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento. (POLLAK, 1989, p. 12).

Todas estas decisões metodológicas acima descritas foram unidas com o Transfeminismo como método e teoria de articulação da literatura produzida por pesquisadoras Travestis Leticia Nascimento (2021), Jaqueline Gomes de Jesus (2015, 2018, 2019), Luma Nogueira de Andrade (2015), Megg Rayara Gomes de Oliveira (2020) e Bruna Benevides (2020), entre outras.

Nosso campo de estudo dialoga com Antropologia Transfeminista, decolonial, pós-colonial e queer, Antropologia da Política e da História Social, por que ao longo dessa escrita estarei refletindo as narrativas de vida das travestis, suas resistências, alianças e ativismos, analisando os trabalhos de campo junto a Atrac. Ir para o campo e vivenciar processos sociais que envolvem o ativismo de Travestis localizadas em Fortaleza, Ceará é uma forma de conectar e construir uma Antropologia teórica e prática, ampliando um leque de discussão sobre nosso tema.

Aqui realizamos uma discussão entre teoria e prática transfeminista, dialogando com as experiências de travestilidades. Apresento esse debate de teóricas de travestis e mulheres transexuais, e com outros/as pensadores/as, como o resultado do transativismo dentro do próprio movimento teórico do feminismo. Dialogando com a pesquisadora travesti Jaqueline Gomes de Jesus (2015) o transfeminismo “é uma categoria do feminismo que surge como uma resposta à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta de sexo.” (2015, 10). Assim, o conceito e as experiências de travestilidades é uma categoria em construção.

Nos últimos 22 anos as travestis em Fortaleza passaram a construir contradiscursos para se pensar em novas possibilidades e significados de vivenciar suas experiências de travestilidades, estabelecendo um campo de disputa dentro do ativismo e resistência, criando

estratégias para sobreviver, não só na pista, mas agora ocupando e lutando pela cidadania plena. Chegou o tempo da cidadania das travestis. (VERAS, 2019). Mas será que essa cidadania está sendo garantida de fato e de direito? Desse modo, foi e é necessário a reivindicação constante por garantias de direitos.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A obra *Transfeminismo*, da travesti e pesquisadora Leticia Nascimento (2021), a autora observa que “as mulheres transexuais e travestis sempre tiveram de lutar para serem aceitas, mesmo em espaços sociais de reivindicação.” (NASCIMENTO, 2021, p.88). Romper com os epistemicídios (GROSFEBEL, 2016) ou com os trans epistemicídios (BENEVIDES; LEE, 2018) também é uma reivindicação do movimento social das travestis e do transfeminismo.

O trans epistemicídio, o qual tem desvalorizado, apagado e exterminado os saberes, narrativas de pessoas trans. “O Trans epistemicídio faz parte do contexto social de violências, genocídio e morte simbólica de Travestis, Mulheres Transexuais, homens trans e demais pessoas trans.” (BENEVIDES; LEE, 2018, p.253). Uma das manifestações possíveis do trans epistemicídio é o fato de que as produções acadêmicas sobre o tema terem se concentrado de maneira quase exclusiva a uma dimensão de suas vidas, a saber: ao universo da prostituição.

A corrente teórica e prática do transfeminismo defende a presença de “mulheres transexuais e travestis no feminismo”, assim “oferece um olhar diferente sobre o feminismo considerado padrão, assim como o feminismo negro, o feminismo lésbico, entre outras perspectivas.” (NASCIMENTO, 2021, p. 21). A pesquisadora travesti Leticia Nascimento (2021) defende o transfeminismo como contribuição de proposições teóricas em torno das experiências de mulheres transexuais e travestis. Indo além, ela diz que é urgente se pensar a categoria de mulheres no plural, junto com feminilidades, “como possibilidade de repensar as relações entre sexo-gênero-desejo e pluralizar as sujeitas do feminismo, de modo a superar universalidades e essencialismo limitantes à liberdade de performance de gênero.” (2021, p. 22).

Para a travesti Jaqueline Gomes de Jesus (2015) o transfeminismo, compreende-se como uma voz que descreve a interseção entre múltiplas formas de opressão, entre identidades de gênero, raça, sexualidade, raça, deficiências, étnicas, e outras variadas opressões que os padrões de gênero, de raça, classe e normalidade atribuem como anormais patologizando as

identidades. O transfeminismo critica as “opressões sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conformes à norma binária homem/pênis e mulher/vagina.” (2015, P. 19).

Seguindo o diálogo com a professora travesti Leticia Nascimento (2021), o transfeminismo defende que há maneiras dicotômicas de vivenciar as mulheridades e feminilidades, as performances de gênero são possibilidades em construção. Para a pesquisadora o conceito de gênero associado a performance ou ao campo cultural deve garantir a presença e reconhecimento das feminilidades e mulheridades das travestis e mulheres transexuais. “Desse modo, emerge, por exemplo, a categoria travesti em suas diversas expressões, desde travestis não binárias, mulheres travestis ou apenas travestis, como possibilidades de autodeterminação de nossas experiências de “outrerdades”. (NASCIMENTO, 2021, p. 42). Afinal não “se nasce mulher, torna-se mulher”. Afinal não se nasce travesti, torna-se travesti. Como diz Poncino (2020)

“Não se nasce travesti.” As alterações e/ou modificações corporais constituem o passo inicial do processo de autoafirmação, que pode ser acompanhado de mudanças corporais mais acentuadas e outras vestimentas em função do processo de transição, quer seja assistido ou não. O “torna-se” travesti faz parte de um processo que perpassa a tomada de decisão individual, de acordo com a vontade, desejo e motivações próprias, na perspectiva do “direito” como bem social. (PONCINO, 2020, p. 79)

Os comentários das autoras lançam luz sobre o fato de que as travestis constroem suas identidades e que não possuem experiências identitárias únicas. Conforme já afirmei em outro trecho desta dissertação, não podemos pensar em universalizá-las dentro de um padrão. Fazer isso seria nadar contra a corrente do que já adquirimos no campo dos estudos de gênero, campo que demonstrou a invenção da binaridade de gênero em que corpo biológico e gênero são equivalentes e universais como conceitos e teorias desconstruídas. A transexualidade, como pode-se notar, contempla um conjunto de identidades que conflitam essa binaridade imposta.

O acesso as teorias produzidas dentro dos quadros do transfeminismo nos auxilia na recusa de qualquer discurso que busque patologizar estes corpos. Como já afirmou Berenice Bento (2017b) “Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixá-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária”.

Conforme estamos argumentando, o transfeminismo se insere em movimentos mais amplos. Embora o campo de estudo de gênero por muito tempo tenha sido influenciado pelo movimento feminista, com questões centralizadas nas mulheres e seus direitos – e vale a pena

ressaltar, de mulheres brancas, classe média e europeias - hoje os estudos de gênero incluem debates amplos no campo das identidades trans e diferenças, das transexualidades e das travestilidades. As teorias transfeministas têm ampliado a discussão na tentativa de compreender o universo que as teorias feministas não deram conta.

As teorias transfeministas, se aliam outras teorias como a queer que faz críticas aos valores morais violentos. As/os teóricas/os queer rompem as fronteiras dos corpos considerados abjetos, na qual não são socialmente aceitos. Aqui destaco os corpos e as experiências das travestis. Elas rompem e resistem as experiências binárias, heterossexuais, cisgeneras e heterorreprodutiva. As travestis desestabilizam o Cis-tema.

Além das teóricas queer, as feministas negras, abrem um leque de possibilidades para outras teorias feministas, como o feminismo socialista, feminismo pós-colonial, feminismo decolonial e o transfeminismo pensarem o conceito de gênero.

Considero importante pensar e falar de feminismo no plural, diferindo não só as questões de classes, mas de raça, gênero, sexualidade, orientação sexual, território e identidade de gênero. Assim, foram as feministas negras que passaram a pensar e inserir dentro do campo de disputas no contexto pós-colonial essas categorias e suas intersecções. (NASCIMENTO, 2021). Tendo com pauta a luta das mulheres tornadas muitas vezes invisíveis diante das feministas brancas, o feminismo negro e pós-colonial abriu possibilidades para se pensar outros contextos como Ásia, as Américas e a África.

O transfeminismo e o feminismo negro se unem nos “fundamentos políticos no processo de consciência política e de resistência das pessoas trans (travestis, transexuais, pessoas não-binárias, crossdressers, entre outros humanos inominados”. (JESUS, 2015, p. 20). O conceito de interseccionalidade cunhado pelo feminismo negro serve como fundamento teórico para se entender o não reconhecimento do gênero atribuído socialmente, opressões, e não-hierarquias de opressões e dos modelos universais da binaridade de gênero, são fundamento para o transfeminismo.

A importância da noção de interseccionalidade para o feminismo negro e para o transfeminismo consiste na compreensão complexa do fenômeno da dominação/opressão sofrida pelas mulheres racializadas, como produzido simultaneamente por múltiplas e imbricadas relações de poder em termos de gênero, raça, classe, sexualidade. Segundo Butler (2019a) “a precaridade é a rubrica que une as mulheres, os queers, as pessoas transgêneras, os



pobres, aqueles com habilidades diferenciadas, os apátridas, mas também as minorias raciais e religiosas” (2019a, p. 65) formando uma rede de alianças.

As interseccionalidades enfocam as diferenças existentes entre gênero, raça, classe, sexualidade, orientação sexual e outros elementos, integrando de forma multifacetada as interações na realidade social. Diferente das teóricas que apresenta o patriarcalismo de forma universal, as intersecções não hierarquizam as formas de opressões. Pensando a interseccionalidade, Patricia Hill Collins (2021) critica a ideia segundo a qual a opressão pode ser quantificada ou que seja possível separar e isolar a opressão de gênero da opressão de raça ou de classe. Desta forma, a diferença entre a experiência do sexismo vivenciada por mulheres negras e por mulheres brancas é de tipo qualitativo e não simplesmente quantitativo. A experiência do sexismo vivenciada pelas mulheres racializadas encontra-se no cruzamento do racismo e do sexismo.

A contribuição da socióloga brasileira Lélia Gonzalez (2020) debate em torno do termo gênero, ela recorre às interseccionalidade, fundamentada nas experiências das mulheres afro-americanas. As travestis como uma categoria tipicamente brasileira e latina (KULICK, 2008), vivencia situações de opressão similares às mulheres negras. São marcadas pelas interseccionalidades. Gonzalez em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984) nos faz pensar como mulheres negras, e aqui transfiro a reflexão para travestis negras, como essas são apresentadas em discursos racistas e sexistas.

Em “A categoria político-cultural de Amefricanidade” (1988) Lélia Gonzalez apresenta o conceito de "amefricanidade" relacionando a luta das mulheres negras e indígenas na América e no Caribe. Nosso país e sua população, majoritariamente miscigenada de origem afrodescendente e indígena, desde os primórdios da colonização nacional, foi excluída da participação política, teórica e científica, atuando como meros objetos das ciências sociais. O legado de Gonzalez entra nessa discussão como a “heroica resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação” (GONZALEZ, 1988, p. 78) tem contribuído para a luta antirracista e para os feminismos, e para o feminismo decolonial. Desse modo, assim como mulheres negras no Brasil enfrentam a opressão sexismo e racismo como demarcador para o subemprego, desemprego, trabalhos informais, estereótipos, entre outros, “excluída da participação no processo de desenvolvimento, ficou relegada à condição de massa marginal, mergulhada na pobreza, na fome crônica, no

desamparo.” (GONZALEZ, 2020, p. 42), as travestis enfrentam a transfobia como modo de opressão.

Dialogando com Spivak (2010) em *Pode o Subalterno Falar?* A autora (2010) discute a impossibilidade de as subalternas exercerem o ato de fala porque sempre que esta busca fazê-lo é intermediado por outra pessoa que se apresenta como vetor da reivindicação de outro. Ou seria pode a subalterna falar? Quando ela propõe essa reflexão sobre ‘a questão da ‘mulher’ parece ser a mais problemática nesse contexto. Evidentemente, se você é pobre, negra e mulher, está envolvida de três maneiras”. (SPIVAK, 2010, p. 85), trazendo para o debate o contexto das mulheres indianas e a tradição da imolação das viúvas, ela ressalta a “importância do discurso de resistência, rompendo com as estruturas de opressão, imposição imposta ao subalterno colono”. (NASCIMENTO A., 2021, p. 40).

Romper com o conceito universal de gênero, possibilita pensar a categoria de travestis para além de uma lógica binária homem/mulher. Assim, tem sido também uma pauta dos estudos da teórica decolonial María Lugones (2014). Em seu entendimento a hierarquização de categorias gênero, coloca outras identidades, como as travestis, dentro de uma ótica de invisibilidade. Lugones (2014) dedica seu trabalho ao entendimento de identidades indígenas, nos faz pensar sobre essas categorias. Se as mulheres brancas europeias eram vistas pelos homens como a “outra”, o lado imperfeito do homem, como as indígenas/nativas/ autóctones eram vistas? As nativas eram vistas como não civilizadas, nem como homens e nem como mulheres. A colonização, a modernidade que criou os gêneros hierarquizantes, das categorias da colonialidade do gênero se faz presente. O feminismo, se é que podemos falar de feminismo de mulheres indígenas, não está dentro do mesmo campo político de reivindicações das feministas radicais, ou do feminismo hegemônico.

O que venho apresentando até aqui é que o movimento feminista negro contribuiu para a ruptura com a perspectiva do feminismo universal, branco e de classe média, quando se pensava apenas nas mulheres brancas. E este movimento ganhou maior fôlego, a partir da década de 1970, na Europa e na América, principalmente nos Estados Unidos. E a partir da corrente do feminismo negro, em suas pautas políticas, que o transfeminismo surge dentro de um pensamento teórico e prático. Com diz Lélia Gonzalez “ser negra e mulher no Brasil, repetimos é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão.” (2020, p. 58). Dessa forma, quem tem medo do feminismo negro? (RIBEIRO, 2018). Djamila Ribeiro quando fez essa pergunta

questiona a lógica do racismo e do sexismo como sistema de opressão contra mulheres negras. E aqui questiona quem tem medo do transfeminismo? Quem tem medo das travestis? Travestis que rompem com a lógica de opressão imposta pela sociedade, elas criam um sistema de resistência, e o ativismo rompe com os discursos hegemônicos que vulnerabilizam suas experiências. Poderíamos pensar assim, as travestis que deveriam ter medo da sociedade que querem controlar suas vivências.

### **Ativismo de travestis em Fortaleza, Ceará.**

As histórias das travestis Janaína Dutra, Thina Rodrigues, Dediane Souza, e da mulher transexual Andrea Rossati são importantes para entendermos o ativismo de travestis em Fortaleza. A trajetória de Janaína apresentada no documentário “Janaína Dutra: uma dama de ferro” produzido pelo Grupo Asa Branca em 2011 e de reportagens do Jornal O Povo revelam como esta se configura como uma referência do ativismo de travestis. As trajetórias de Thina, Dediane e Andrea no cenário do ativismo na capital do Ceará nos possibilitaram compreender a emergência do movimento das travestis na cidade de Fortaleza.

As entrevistas realizadas com nossas interlocutoras Labelle, Yara, Amanda e Silvinha, suas experiências diante do ativismo e de suas vivências, experiências no campo da travestilidade. Marcadas pela conjuntura de reivindicação junto ao ativismo e pela garantia de direitos, essas travestis ocupam/ocuparam diversos espaços entre universidade, instituições oficiais do Estado e o movimento social. Assim, inter cruzando suas trajetórias de vida, suas experiências no ativismo, suas alianças e resistências. Suas trajetórias junto com o ativismo de nossas interlocutoras rompem com as imagens de controle construídas historicamente, resistindo as normas de padrão de gênero imposta e garantindo e defendendo seus direitos.

Para entendermos o contexto do ativismo de travestis em Fortaleza, realizamos etnografias em duas sessões solenes voltadas para as pautas dos movimentos sociais nos quais as travestis de Fortaleza estão engajadas. A primeira aconteceu na Câmara de Vereadores de Fortaleza e a segunda na Assembleia Legislativa dos Deputados do Ceará. As duas sessões homenagearam os 20 anos da Associação das Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará (Atrac) e a travesti ativista Thina Rodrigues. Em seguida acompanhamos o Ato por Sofia, uma manifestação organizada pela Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará reivindicando políticas de segurança pública para a população trans do estado.

Nos últimos 22 anos as travestis em Fortaleza passaram a construir contradiscursos para se pensar em novas possibilidades e significados de vivenciar suas experiências de travestilidades, estabelecendo um campo de disputa dentro do ativismo e resistência, criando estratégias para sobreviver, não só na pista, mas agora ocupando e lutando pela cidadania plena. Chegou o tempo da cidadania das travestis. (VERAS, 2019). Mas será que essa cidadania está sendo garantida de fato e de direito?

É a partir das experiências vivenciadas na década de 1990, com o envolvimento de organizações governamentais e não-governamentais com o controle da epidemia da Aids/HIV que a organização dos movimentos sociais articula os direitos civis das pautas LGBT. A busca pelo combate a homofobia e da discriminação da homossexualidade, das travestilidades e das transexualidades ganham o cenário nacional. A organização das categorias LGBT dando visibilidade a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais envolvem passeatas, resistindo a questão das violências cometidas contra essas categorias.

O combate a essa epidemia tem sido um divisor de águas na construção de um plano nacional que corrobore para construir ações eficazes de políticas públicas para travestis.

A partir do GRAB e das atividades desenvolvidas na instituição, muitas travestis experimentaram outros espaços de atuação e de visibilidade, marcados por uma mobilização identitária que buscou o “luto do estigma” em políticas de direitos. Janaína Dutra, travesti cearense, reconhecida como a primeira advogada do Brasil, lembrou a Vale o quanto a epidemia e o trabalho desenvolvido por instituições como O GRAB contribuíram para o empoderamento de homossexuais e travestis. (VERAS, 2019, p. 198).

É a partir da ideia de prevenção da Aids que se estrutura a construção do movimento social de travestis no Brasil e no Ceará/Fortaleza. Em conjunto com a luta pelo nome social e a luta pela vida, vale destacar essa última, por que sem o direito de viver travestis não podem ocupar os espaços e nem resistir. Sem o reconhecimento de suas identidades de gênero e de seus nomes sociais, travestis são invisibilizadas pelo Estado contemporâneo por meio de suas instituições. Em Fortaleza as alianças de travestis em torno da prevenção da Aids/HIV reuniram ativista desde a construção do Grab em 1989, perpassando a década de 1990, a fundação da Atrac em 2011, até o final dessa pesquisa, em 2022, ano que se comemora os 21 da Atrac.

Nos anos de 1970, durante a ditadura civil-militar brasileira, o movimento LGBT passou a reivindicar maior liberdade sexual. E ainda no mesmo período as travestis vivenciaram

possibilidades de modificações corporais na indústria farmacoponografica (VERAS, 2019), e nos anos de 1980, elas se firmaram como uma identidade própria.

Entre os anos de 1990 e 2000, diante do debate da transexualidade, as travestis marcaram sua diferença para a mulher transexual. Assim, passaram se organizar em grupos e associações, encontrando no ativismo, na militância, as armas para defender e construir suas cidadanias. É nesse cenário que aparece a dama de ferro, Janaína Dutra e dama de vermelho, Thina Rodrigues no Ceará.

Dessa forma, as travestis em Fortaleza subvertem a ideia de binaridade de gênero, e encontram no ativismo a reivindicação de direitos políticos, sociais e civis. As ancestrais do movimento Janaína Dutra, Thina Rodrigues e Dediane Souza e as contemporâneas Silvinha Cavalleire, Labelle Rainbow e Amanda Félix construíram suas próprias histórias e ressignificaram suas existências dentro do movimento social e ativismo.

Janaína Sampaio Dutra<sup>3</sup> nasceu em Canindé, em trinta de novembro de 1960. Ativista dos direitos humanos e do movimento social, hoje conhecido como LGBT, foi reconhecida líder do movimento de travestis em Fortaleza, Ceará. Durante sua trajetória ocupou o cargo de vice-presidente do Grab, fundou e presidiu a Atrac (2001 a 2004), ocupou a presidência da Antra (2002 a 2004), exerceu o cargo de Secretária de Direitos Humanos (suplente) da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros e foi integrante do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, ajudando a construir o Programa Brasil sem Homofobia<sup>4</sup>.

Thina Rodrigues, nasceu em Brejo Santo, município localizado no interior do estado, a 502,4 km de Fortaleza. Ela trabalhou no Grab como multiplicadora social. Assumiu a presidência da Atrac após o falecimento de Janaína Dutra no ano de 2004. Foi expulsa de casa aos 17 anos e, então, passou a morar em Fortaleza. A expulsão ocorreu porque a sua mãe e o seu padrasto não aceitaram a sua orientação sexual e nem a sua identidade de gênero.

---

<sup>3</sup> O nome social Janaína Dutra surgiu na década de 1990 em uma praia da Barra do Ceará em Fortaleza. Antes de receber este nome, ela foi Stela Mares e Stela Rinckel. (VALE, 2005).

<sup>4</sup> O Programa Brasil sem Homofobia foi lançado em 2004, apenas em 2005, algumas iniciativas começaram a ser colocadas em prática. Os projetos direcionados “a prevenção da homofobia, incluindo a oferta de aconselhamento psicológico e assessoria jurídica; e à qualificação de profissionais de educação nas temáticas de orientação sexual e identidades de gênero.” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 145).

Thina vivenciou a prostituição enquanto uma travesti negra, isso fato se tornou quase uma regra na sociedade brasileira, “marginalizadas e esquecidas nos submundos, onde o preconceito existente na sociedade, hipócrita e camuflada, produzia a única fonte de renda”. (REIDEL, 2017, p.118). A mulher trans Marina Reidel (2017) nos diz que muitas meninas travestis, assim como Thina, por serem expulsas de casa, da escola e da vida, foram excluídas da sociabilidade heteronormativa, e as esquinas passaram a ser seus habitats. “Sofreram todas as consequências da ditadura militar, da violência do DOP e da polícia. Sobreviveram as violências múltiplas cometidas por não serem nem “isso ou aquilo”, nem mulher e nem homem”, (REIDEL, 2017, p. 118), por ser travesti.

Em meio a um cenário de violências, perseguições e da epidemia da AIDS/HIV, Thina encontra um modo de político de agir, de resistir, protagonizar o ativismo junto com Janaína Dutra e outras Travestis. Nos anos de 1990 o dispositivo de estigma no cenário da AIDS/HIV Thina, assume um papel no Grab de multiplicadora social.

A parceria de Thina com Janaína no Grab selou um elo entre as duas que culminaria na criação da Atrac em 2001. Quando a Atrac foi fundada por Janaína Dutra, Thina Rodrigues e Paula Costa, a associação funcionava na sede do Grab. Durante os anos de 2001 a 2004, Janaína Dutra presidiu a Atrac. Após morte de Janaína, Thina assumiu a presidência da Atrac e permaneceu no cargo de 2004 a 2020.

As travestis emergiram da subalternidade e conquistaram cidadania. O tempo da cidadania travesti é um legado de memória coletiva e individual, é lugar de história e ativismo. Janaína e Thina abriram caminhos para outras travestis terem acesso à educação, à saúde, à assistência social, ao trabalho e à segurança, ou pelo menos ao direito de aparecer, de reivindicar e se organizar em assembleia para cobrar esses direitos.

A luta pela garantia de direitos das travestis e mulheres transexuais tem sido um cenário que ultrapassa o campo dos movimentos sociais, levando cada vez mais a participação do Estado para a construção de políticas públicas que considerem humanas as vidas das travestis. Andrea Rossati lutou nos espaços institucionais e também está presente nos movimentos sociais de travestis. Dediane Souza também esteve/está presente nos movimentos sociais e ocupou espaços institucionais no Estado do Ceará e na cidade de Fortaleza, buscando garantir e lutar pelos direitos de travestis.

## **Novas sujeitas transativistas em Fortaleza**

Invasão de todos os espaços é a reivindicação do movimento social das travestis. Dediane é fruto dessa luta. Ela diz que é feita água, por fluir entre as dificuldades e saber contornar as discriminações, estigmas, preconceito e transfobias. Ser água é ter um potencial de fluir em todos os espaços como a força das águas do mar. “Eu sou água, meu amor, eu vou invadir todos os espaços”. (REVISTA ENTREVISTA, 2018, p. 7). Ser água do mar é resistir, é fortaleza, é lutar contra a correnteza, ir contra tudo que parecia definir o que te obriga a ser. É invadir os espaços sem ser convidada para entrar ou ficar. É assim a Dediane ativista: ela se faz presente. A mulher trans Marina Reidel (2017) reafirma essa fala de Dediane quando diz “podemos dizer que estamos em todos os lugares reafirmando nossa visibilidade e nossa existência de forma natural e acima de tudo, social. (REIDEL, 2017, p.122). Permanecer nos espaços que ela esteve é construir sentidos para sua existência, enquanto uma travesti, preta, jornalista, transfeminista, diretora do sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará, filiada à Rede Trans Brasil e atual mestranda em Antropologia. Ser água, metáfora utilizada pela entrevistada, é estar em todos os lugares, invadindo todos os lugares. É resistência. Assim, “A vida do ponto da travesti é dura, é verdade, mas elas seguem um velho ditado: eu tenho um limão, farei uma limonada.” (REIDEL, 2017, p. 123).

Em termos de sua atuação no Grab, entre os anos de 2007 a 2014 Dediane exerceu a função de Coordenadora de Projeto. Foi nesse espaço de ativismo que ela coordenou oito paradas da Diversidade Sexual e conheceu todas as capitais brasileiras no ativismo, no movimento de travestis e transexuais). Ela assumiu cargos públicos pela Prefeitura Municipal de São Paulo como Coordenadora do Centro de Cidadania durante a gestão do Prefeito Fernando Haddad (PT), atuou como Coordenadora adjunta na Coordenadoria da Diversidade Sexual da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza na gestão do Prefeito Roberto Claudio e da gestão do prefeito Sarto (2021), de 2017 a 2021. No final do ano de 2021, ela pediu exoneração do seu cargo junto a prefeitura municipal de Fortaleza para poder estudar. Na ocasião, ganhou uma bolsa do Programa de Mestrando Associado em Antropologia UFC/Unilab (PPGA).

Labelle Silva Rainbow tem 37 anos, travesti negra, estudante de publicidade e propaganda, ativista dos movimentos sociais e defensora dos direitos humanos das travestis. Ela tem atuado em Fortaleza na construção de políticas públicas no combate a transfobia e

LGTBfobia. Labelle coordena desde o ano de 2008 o evento For Rainbow<sup>5</sup> e, em 2016, ela estreou o documentário “Labelle”. Em um evento na Câmara Municipal de Fortaleza em 2018 foi homenageada em uma sessão solene, sendo a primeira travesti a receber uma homenagem pela atuação na história de luta e ativismo Em Fortaleza. Atualmente ela é Coordenadora Executiva da Coordenaria Especial da Diversidade Sexual da SDHDS na Prefeitura de Fortaleza. Labelle traz múltiplas categorias que a forma, entre filha, ativista, travesti e negra. Ela é feita de transição, de processos e de uma rede alianças de luta e militância. Segundo ela não tem como desligar-se do ativismo, resumindo “sou luta e resistência

Assim, como Labelle, Yara Pinheiro Cavalcante<sup>6</sup> é travesti negra. Yara Canta como se anuncia como artista, é cantora, atriz, travesti, negra, ativista e defensora dos direitos humanos de travestis e mulheres transexuais. Yara é atual coordenadora da Associação de Travestis e Mulheres Transexuais do Ceará e é integrante do Fórum Nacional de travestis e Transexuais Negros e Negras (Fonatrans). A aproximação com a carreira artística começou aos 18 anos, por ser uma multiartista ela soma suas experiências com esse meio e por ser uma travesti negra na arte a pauta do ativismo sempre a atravessou de alguma forma.

Foi dentro do contexto da música e da arte que Yara buscou se aproximar do movimento social de travestis e buscar uma construção coletiva. Ela revelou que foi quando de fato começou a entender a importância dela por ser uma travesti negra, de uma forma ou de outra, as pessoas interseccionavam esses marcadores e a considerava uma representatividade para a luta de travestis e de mulheres transexuais.

Do mesmo modo que Yara chegou a fazer parte da Atrac recentemente, Silvinha Cavalleire passou a fazer da Associação na atual gestão de 2021, após o falecimento de Thina. A entrevista com Silvinha aconteceu no seu local de trabalho no CRLGBTTR localizado na Rua Valdetário Mota, Papicu, Fortaleza.

Silvinha é travesti, feminista e militante do movimento LGBT. Em 2012, foi a primeira transexual a ser presidenta de Centro Acadêmico do Brasil, pelo Centro Acadêmico Patativa do Assaré, dos cursos de Letras da UFC. Também em 2012, foi a primeira transexual a ser diretora de um DCE no Brasil, a gestão DCE de verdade, da UFC, pela qual, em outubro de 2013, conquistou o uso do nome social para transgêneros na UFC. Em 2014, foi eleita a primeira transexual presidenta da União da Juventude Socialista de Fortaleza (UJS), dentre

---

<sup>5</sup> O Festival de Cinema e Cultura da Diversidade Sexual e de Gênero – For Rainbow chegou em sua 15ª edição, exibindo 24 curtas e 8 longas metragens de produtores nacionais e internacionais, em sua mostra competitiva.

<sup>6</sup> A entrevista com Yara Canta aconteceu no dia 25 de maio de 2021 na Editora Lamarca em Fortaleza, Ceará.



todas as cidades do Brasil onde a UJS se organiza, e conquistou o direito do nome social para transgêneros na carteirinha de estudante de Fortaleza.

Já foi candidata à deputada estadual e deputada federal pelo PCdoB Ceará. Foi vice-presidenta Nacional e Diretora Nacional de Trabalho, Emprego e Geração de Renda da União Nacional LGBT (UNALGBT), DE 2015 A 2021. Foi Coordenadora de Articulação Regional de Políticas para as Mulheres, da Secretaria Executiva de Políticas para as Mulheres, da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), pela qual foi conselheira Cearense dos direitos da Mulher (CCDM) entre 2020 e 2021. Atualmente, está Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e Conselheira Nacional de Combate à Discriminação (CNCD).

Do mesmo como Silvinha que está dentro de uma espaço insituacional e no movimento social, Amanda Félix trabalha do Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra e também faz parte da Atrac. Amanda Félix<sup>7</sup>, 30 anos, natural de Pacatuba, travesti, não branca, graduada do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará, integrante da Atrac, trabalha no Centro de Referência Municipal LGBT Janaína Dutra. Amanda iniciou seu contato com o ativismo no Grab. Participando de oficinas, encontrou no grupo referências de travestilidades.

Todas elas se autodefinem enquanto identidade de gênero como travestis. A autodefinição como um conceito cunhado por Patricia Hill Collins (2019) e analisada também por Winnie Bueno (2020) refere-se à autoafirmação de mulheres negras, e aqui travesti negras, não-branca e branca como uma afirmação política, de se afirmar enquanto uma travesti no cenário de Fortaleza cunhando uma luta contra todo o sistema que nega suas existências. É resistir ao modelo de sociedade cisgênera, racista, heterossexual e branca que assassina corpos de travestis.

Labelle diz “sou uma travesti negra”, Yara “quando a gente é assim uma travesti”, Silvinha “Eu sou uma travesti que luta” e Amanda “eu sou uma travesti que tá tentando aí”, elas recorrem a autodefinição de suas existências. Desse modo, elaboram uma narrativa que traz a cena política a necessidade de autodefinição por suas ancestrais e para que suas contemporâneas compreendam as lutas que elas precisam travar todos os dias. Se autodefinir enquanto travesti já um modo operante de resistência. Por trás da autodefinição de ser travestis, elas vivem duas vidas, a de filha e a de ativista, as travestis existem e resistem a atos de resistências de múltiplas formas, travando muitas vezes tensões e silenciando quando

---

<sup>7</sup> Por conta das restrições sanitárias a entrevista com Amanda aconteceu pelo aplicativo de rede social WhatsApp, no dia 1o de março de 2022, por escolha da interlocutora.

necessário. Como diz Collins (2019) “o silêncio não deve ser interpretado como submissão a essa consciência coletiva e autodefinida das mulheres negras”. (COLLINS, 2019, p. 181). Além da autodefinição suas afirmações estão imbricadas de um peso de vidas que vivem em perigo constante.

As relações que as travestis exercem umas com as outras, a partir da autodefinição constroem vozes que ecoam por toda Fortaleza. Assim como Janaína, Thina e Dediane que elaboram estratégias de resistências no ativismo, suas vidas estão ligadas com Silvinha, Labelle, Yara e Amanda que se afirmam enquanto travestis. Vivem a travestilidade e o ativismo como uma missão de ancestralidade, ser travesti é uma “categoria identitária política”. (SOUZA, 2021, p. 298). A simbologia de travestis ativistas as encaminha para o encontro com o ativismo em diversos momentos em suas vidas.

As relações que as travestis exercem umas com as outras, a partir da autodefinição constroem vozes que ecoam por toda Fortaleza. Assim como Janaína, Thina e Dediane que elaboram estratégias de resistências no ativismo, suas vidas estão ligadas com Silvinha, Labelle, Yara e Amanda que se afirmam enquanto travestis. Vivem a travestilidade e o ativismo como uma missão de ancestralidade, ser travesti é uma “categoria identitária política”. (SOUZA, 2021, p. 298). A simbologia de travestis ativistas as encaminha para o encontro com o ativismo em diversos momentos em suas vidas.

A relações estabelecidas entre as travestis e suas “manas” em uma rede de afeto e solidariedade se concretiza no ativismo, sendo de fundamental o empoderamentos uma das outras, saindo do “anonimato, e que é no campo das ações coletivas, do ativismo da comunidade trans, que é mais propício o desenvolvimento de ações reivindicatórias para pensar uma diminuição das vulnerabilidades.” (SOUZA, 2021, p. 297) Assim, os conhecimentos transmitindo-as através da rede política e afetiva de alianças existente entre elas, influenciam o destino de suas vidas. Assim, elas se reconhecem e se encontram no ativismo.

Janaína Dutra, Thina Rodrigues, ancestrais do movimento de travestis em Fortaleza se encontraram com ativismo de múltiplas formas e nos movimentos sociais e institucionais. Dediane, Labelle, Silvinha Cavalleire, Yara Canta e Amanda Félix encontraram no campo ativismo, também nos movimento sociais e nos espaços institucionais, maneiras de se organizar e reivindicar direitos, resistir e buscar alianças.

### **Travestis em assembleias reivindicam a defesa de direitos humanos**

Em Fortaleza as travestis ocupam uma rede de alianças e ativismo. Para acompanhar as atividades do movimento em Fortaleza tomarei alguns espaços para a análise. Para essa discussão acompanhei duas sessões solenes em homenagem a Thina Rodrigues e aos 20 anos da Atrac que aconteceram na Câmara Municipal de Fortaleza e na Assembleia Legislativa do Ceará. Já em um segundo momento, trato do ATO por Sofia Gisely como uma situação de resistência de Travestis em busca de direito por segurança pública em Fortaleza. O assassinato de Sofia foi motivado pela transfobia e pelo não reconhecimento de sua identidade de gênero, como “um corpo que não merece ser vivido”. (BUTLER, 2020). Como resistir a um sistema cisgênero e heterossexual que as encaminha para a morte? Qual a identidade de gênero reconhecida pelo Estado? Como o Ato por Gisely organizado pela Atrac reivindica do Estado políticas públicas de segurança para travestis e outras categorias trans?

Particpei junto com travestis em uma sessão solene de comemoração de 20 anos da Atrac e em homenagem a uma de suas fundadoras, Thina Rodrigues. O evento aconteceu no dia da visibilidade Trans em Fortaleza. Embora já tenha mencionado a Atrac anteriormente, é importante lembrar que a organização foi fundada por Janaína Dutra e Thina Rodrigues em 2001, tendo também como co-fundadora Paula Costa. A primeira sessão aconteceu no Plenário Fausto Arruda, no dia 22 de novembro de 2021. A segunda sessão solene aconteceu dia 26 de novembro na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no plenário 13 de maio.

As duas solenidades contaram com uma ampla participação de travestis e mulheres transexuais e também integrantes do Movimento LGBT Ceará, de movimentos sociais e de representantes do governo estadual. Em meio a gritos -Thina Rodrigues. -Presente! Travestis convidadas aplaudiram os discursos das co-vereadoras. Louise Santana (Psol), ao finalizar sua fala, pediu a reivindicação não por um minuto de silêncio, mas de todos os dias de luta em nome de Thina e em nome da Atrac.

Durante as solenidades, a atual presidenta da Atrac, a mulher transexual Andrea Rossati, com muita cautela reforça a necessidade do fortalecimento das categorias T, transexuais e travestis. Reforçando a luta das co-vereadoras enfrentando de pautas conservadoras, enfatizou a necessidade da garantia da cidadania de travestis e transexuais. Em sua fala destacou a fundação da Atrac no dia 21 de novembro de 2021 por Janaína Dutra e Thina Rodrigues, como co-fundadora Paula Costa, presente e homenageada no evento. Destacou ainda a importância daquele momento e ressaltou os últimos ataques que as travestis e mulheres transexuais

sofreram por vereadores, dizendo que elas foram covardemente atacadas, discriminadas e tiveram os seus atos comparados ao de criminosos.

As alianças que as travestis formaram naquele dia buscou-se reivindicar o direito de viver suas identidades de gênero, de lembrar a existência de Thina Rodrigues, de atribuir importância à existência de duas décadas da Atrac, organização fundamental especialmente no contexto cearense, que tem estado entre as unidades da federação que mais assassinam pessoas trans. Um lugar “onde pessoas transgêneras com frequência são multadas por aparecerem em público, muitas vezes são espancadas, em algumas ocasiões pela polícia, e onde o assassinato de mulheres transgêneras em particular têm acontecido aproximadamente uma vez por mês nos últimos anos.” (BUTLER, 2019a, p. 60).

A sessão solene representa a liberdade de aparecer, sendo central para a luta democrática, “o que significa que uma apreciação crítica das formas políticas de aparecimento, incluindo as formas de limitação e mediação por meio das quais qualquer liberdade do tipo pode aparecer, é crucial para entender o que essa liberdade pode ser e quais as intervenções necessárias.” (BUTLER, 2019a, p. 62).

Reunidas em um aquilombamento afetivo política de resistência, elas deslocam-se das margens e aparecem no centro. (GOMES DE OLIVEIRA, 2020), se afastando do modelo de cisnormatividade imposto pela sociedade, entre os aplausos e gritos - Thina Rodrigues, presente! -, por sua vez, são marcas do discurso das representações da linguagem e corporal. São marcas de representações corporais que indicam resistência. São gritos que corpos de travestis “não são descartáveis”. Reunidas em assembleia, as travestis foram capazes de unir vários segmentos dos movimentos, formaram alianças políticas em torno de uma pauta comum.

Travestis têm sido criminalizadas por sua identidade de gênero, e “ninguém deveria ser criminalizado pela sua apresentação de gênero, e ninguém deveria ser ameaçado com uma vida precária em virtude do caráter performativo de sua apresentação de gênero.” (BUTLER, 2019a, p. 63). Segundo a travesti Megg Rayra Gomes de Oliveira (2021) ao fugir dos padrões, as travestis são “expostas a situações de discriminação e exclusão, podendo desenvolver estratégias de resistências que garantam seu direito de ou então buscando meios para uma adaptação que garanta ao menos sua sobrevivência. “(2021, p. 191).

A precariedade tem unido as travestis e seus aliados/as/es em torno de pautas políticas comuns. A Atrac em suas duas décadas de existência tem reivindicado esse direito. Os direitos

plurais pelos quais travestis lutam, não são apenas de suas identidades, trata-se de uma luta que procura expandir”. “Assim, o exercício público do gênero, dos direitos ao gênero, pode-se dizer, já é um movimento social, que depende mais fortemente das ligações entre as pessoas do que de qualquer noção de individualismo.” (BUTLER, 2019a, p. 75).

### **O Ato por Sofia: como resistir se tudo leva a morte?**

Vários casos de violência contra travestis marcam o cenário brasileiro. Segundo Berenice Bento: “É o próprio drama das pessoas negras, pobres e trans no Brasil. A marca de raça, gênero e classe social não deixam dúvida de que o projeto político dos representantes do Estado era sua eliminação.” (BENTO, 2017a, p.331/332). O assassinato brutal da travesti Sofia Giselly no dia 11 fevereiro de 2022, em Fortaleza, traz à tona uma série de questões e narrativas que caminham junto com o ativismo de travestis no Ceará. Sofia foi assassinada a pedradas no bairro Bom jardim, na capital, tornando-se um exemplo de vidas matáveis. (AGAMBEN, 2004).

Sofia Gizelly, de 22 anos, morava no Parque Santo Amaro, no Grande Bom Jardim. Filha de pai e mãe separados, sonhava em ser cabeleireira e ter seu próprio salão. O seu corpo, contudo, foi encontrado em um terreno na avenida Osório de Paiva. Parte de suas roupas foram tiradas e muitas pedras foram encontradas ao redor e em cima da vítima. O assassinato de Sofia fez com que a Atrac organizasse um ato/ manifestação cobrando do Estado um plano de segurança pública para a população trans. O Ato por Sofia é A busca de construir “castelos e muralhas pedindo igualdade e principalmente dignidade, pois essas pessoas estão sempre correndo atrás da dignidade.” (REIDEL, 2017, p. 124).

A convocação para participar do Ato por Sofia se espalhou pelas redes sociais e, dessa forma, tive conhecimento do movimento, o que possibilitou que eu estivesse presente. Ser um observador participante deste ato me proporcionou grandes reflexões: qual o papel do ativismo de travestis diante da cobrança de políticas de segurança pública? O ATO por Sofia nos encaminha para o diálogo entre movimento da Atrac e o Estado, representado pelo Secretário de Segurança Pública do Ceará.

Entre faixas, falas e gritos como “Sofia! Presente”. “Dandara! Presente”, “Vidas trans importam”, repetidas vezes, travestis e mulheres transexuais reivindicavam o direito de viver, de ter segurança. A chuva forte não foi capaz de interromper a manifestação. O grito de “Dandara! Presente”, por seu turno, nos faz pensar que, assim como Sofia foi vítima de um

crime que tirou sua vida, Dandara sofreu na mesma proporção. Nascimento (2021) nos diz que a morte é uma sombra constante dos corpos trans. “Dandara segue morta, mas viva entre as suas, viva no medo de que nós, mulheres transexuais e travestis, temos de também termos nossas vidas brutalmente ceifadas, viva a militância que insiste em denunciar as inúmeras violências vividas pela comunidade trans.” (NASCIMENTO, 2020, p. 175).

No rol de entrada da Secretaria, Andrea Rossati falou ao público sobre sua indignação diante da falta de segurança e de políticas públicas eficazes que protejam as vidas da população trans. Na oportunidade, relatou os dados oficiais da Antra relativos aos assassinatos de travestis e mulheres trans no Ceará. Andrea observou que o “Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021”, organizado por Bruna G. Benevides (ANTRA, 2022), insere o Ceará na quarta posição de estados do Brasil com maiores assassinatos da população trans em 2021, com 11 homicídios. O Brasil, por seu turno, segue a 13 anos liderando o ranking de assassinatos a pessoas trans. Segundo a travestis e pesquisadora Bruna Benevides (2022):

Entre 2017 e 2021, tivemos 781 assassinatos de pessoas trans brasileiras. No ranking por estado, levando em consideração dados absolutos, São Paulo, com 105 casos, aparece em 1º. Em 2º, o Ceará com 73 casos e a Bahia em 3º com 72 assassinatos; Minas Gerias com 60 em 4º; o Rio de Janeiro, com 59, está na 5ª posição; Pernambuco em 6º, com 46 casos, Paraná com 36; Pará em 8º, com 31 assassinatos, Goiás com 28 e Paraíba com 27 em 10º. (BENEVIDES, 2022, p. 36)

Os assassinatos de travestis dar-se pelo fato da sociedade não perceber as travestis como normais, as identificam como anormais, como um monstro. Segundo Nogueira (2015):

um monstro, passa a ser indesejada, uma ameaça à ordem, á moral e aos bons costumes, sendo vítima de violência de diversas formas, física, verbal e/ou psicológica. Tal violência é justificada como uma forma correta e justa de tentar corrigir esta anormalidade, pois para seu bem é melhor assumir sua identidade sexual genética (natural). (NOGUEIRA, 2015, p. 138).

O assassinato de Sofia foi marcado pela transfobia e constitui, como vendo dizendo, um ato de transfeminicídio<sup>8</sup>, por ela não ser considerada normal pela sociedade, que negou a sua existência e a colocou em um estado de vulnerabilidade. Ferreira, sobre esse tema comenta que: “vulnerabilidade, evidentemente, se aprofunda, se especializa e recebe requintes outros em razão das identidades de gênero dessas pessoas, que não são reconhecidas como legítimas

---

<sup>8</sup> Segundo Berenice Bento (2017) “o transfeminicídio caracteriza-se como uma política disseminada intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil.” (2017, p. 233).

e são interpretadas de acordo com teorias biologizantes e que essencializam o gênero.” (FERREIRA, 2015, p. 134).

Logo, o ativismo é uma resistência à violência e aos assassinatos das travestis. Pelos relatos colhidos em campo junto das ativistas, nota-se que o corpo das travestis é insuportável para a cisgeneridade, que não concebe a possibilidade destes sujeitos viverem. Nos temos de Berenice Bento: “Seus corpos apresentam diferenças insuportáveis para um contexto pela hegemonia dos discursos que definem os sujeitos por suas genitálias. Os corpos trans seriam a própria materialidade da impossibilidade da assimilação. (BENTO, 2017b, p. 59).

No Brasil, a média de vida de uma pessoa trans, especialmente travestis e mulheres trans, é de 35 anos<sup>9</sup> o que mostra que não é à toa que o nosso país lidera o ranking de Transfeminicídio e é o país que mais mata pessoas no mundo. É necessário compreender ainda que existe uma total falta de preocupação do Estado com a transfobia e uma enorme subnotificação de crimes transfóbicos<sup>10</sup>. Todos os dias, chegam notícias de jovens transexuais e travestis que são brutalmente torturadas e assassinadas. “As vidas de pessoas trans, principalmente das mulheres trans, valem muito pouco. A violência, nesse caso, deve ser caracterizada como violência de gênero.” (BENTO, 2017b, p. 60). O transfeminicídio como política de extermínio de corpos trans, de travestis, assim como a necropolítica (MBEMBE, 2018) elimina corpos que não deveriam habitar dentro da normalidade. Segundo Bento (2017), a principal função do transfeminicídio é a espetacularização exemplar.

Os corpos desfigurados importam na medida em que contribuem para coesão e reprodução da lei de gênero que define que somos o que nossas genitálias determinam. Da mesma forma que a sociedade precisa de modelos exemplares, de heróis, os não exemplares, os párias, os seres abjetos, também são estruturantes para o modelo de sujeitos que não devem habitar a nação. (BENTO, 2017b, p. 235)

As mortes relacionadas a corpos travestis se inserem no debate dos direitos humanos e podem ser contempladas a partir do conceito necropolítica, ao qual já fiz referência nas linhas anteriores. Mbembe (2018) conceitua a necropolítica como uma política de morte. Segundo ele, as "formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte" são apresentadas

---

<sup>9</sup> Agência Senado. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>. Acesso dia 05 de julho de 2021.

<sup>10</sup> O crime de Transfobia só foi aprovado em 2019 pelo Supremo Tribunal Federal. Portal STF. STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em 06 de julho de 2021.

dentro da necropolítica com relações de resistência. As formas de assassinatos de travestis têm criado o mundo da morte para elas. As condições de mortas-vivas conferem o lugar do perigo. A captura do corpo Travesti é uma emboscada, que transforma seu corpo na morte. E elas precisam resistir, tem resistido a essa política de morte por meio do ativismo. O corpo morto de Sofia é a prova da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsória que violentam corpos de travestis. “Atos repetidos de violência, assassinatos e extermínio que buscam justificativas e querem ser justificados em uma histórica, e não natural, pressuposição, a da heterossexualidade compulsória, a qual buscar moldar e definir modos de viver e de morrer.” (LOPES, 2015, p.181)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em *Corpos em Alianças e a política das ruas* (2019a) Butler apresenta a teoria performativa de assembleia. Para ela, corpos que reivindicam o direito de aparecer, se reúnem em assembleias, resistindo em dimensões performativas. Corpos se aliam e ocupam espaços públicos, virtuais e outros como vigílias, velórios, greves, e sessões solenes. O ato das travestis em Fortaleza em homenagem a Thina Rodrigues e Atrac, é performático, com modos significativos de coletividade. Reunidas em assembleia, travestis reivindicam o direito de aparecer. As travestis quando se reúnem em espaços públicos exercitam “um direito plural e performativo de aparecer, um direito que afirma e instaura o corpo no meio do campo político e que, em sua função expressiva e significativa, transmite uma exigência corpórea por um conjunto mais suportável de condições, econômicas, sociais e políticas.” (BUTLER, 2019a, p. 14).

Reunidas em assembleia, travestis reivindicam o direito de aparecer, “o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício – que se pode chamar de performativo – do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais visíveis.” (BUTLER, 2019a, p. 31). Em Fortaleza, Travestis se reúnem em associações, grupos, em centros e espaços múltiplos. Buscando dessa forma viver uma vida que não é vivida. As ruas são espaços políticos de forma livre ou em coligações. Mas é possível Travesti viver uma vida boa em uma vida ruim? (BUTLER, 2019a). O ódio especializado, a misoginia, a violência física transforma o corpo da travesti Sofia em um estado negativo. Sendo transformado na própria destruição das identidades travestis.



Butler (2019) nos faz refletir sobre o que é uma vida boa, apresentando como um termo controverso. À medida que “muitos identificam a vida boa com o bem-estar econômico, a prosperidade e até mesmo com a segurança.” (p.214). Contudo, essa vida boa não pode ser explicada apenas pelos pontos anteriores. Pessoas vivem uma vida boa explorando o trabalho dos outros, tendo como base a desigualdade. A autora utiliza os argumentos de Adorno para apresentar a relação moral com as condições sociais e se pergunta se é possível viver uma vida boa em uma vida ruim.

Aos diálogos apresentados ao longo do texto revela a importância das transativistas dentro do cenário de violência em Fortaleza, reivindicando a garantia dos direitos das travestis. Os movimentos sociais tem buscado cobrar do Estado ações concretas para que esses corpos possam viver suas vidas e suas cidadanias com todos os direitos civis, políticos e sociais garantidos.

Para Neon Cunha (2021) e Sara York (2021) “o Brasil se constituiu em um país racista e cissexista e precisa de ações efetivas para lidar com isso. A estratégia mais eficaz para esse enfrentamento é a educação, e sim, a produção intelectual de pessoas que divergem da cisheteronorma.” (2021, p. 91). A educação proporcionará um caminho para que outras travestis ocupem e existam em espaços de poder. Assim, há uma “coragem travesti forjada e substanciada nos enfrentamentos cotidianos, por isso são sobreviventes.” (LOPES, p.185)

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BENEVIDES, Bruna G.; LEE, Débora. Por uma Epistemologia das Resistências: Apresentando Saberes de Travestis, Transexuais e Demais Pessoas Trans. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero., v. 9, n.2, p. 252-255, 2018. ISSN 21772886.

BENEVIDES. Bruna; NOGUEIRA, Sayonara. ANTRA. BOLETIM Nº 01/2021 ASSASSINATOS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/05/boletim-001-2021.pdf>. Acesso dia 06 de julho de 2021.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2017b.

BENTO, Berenice. Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. – Salvador, EDUFBA, 2017a.

BLOCH, Marc Leopold Benjamim. Apologia da História ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BUTLER, Judith. *Corpos em alianças e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: sobre limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 21ª edição; tradução de Renato Aguiar. 21ª ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. “Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão”. In: Moreno, Renata. *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2015, pp. 13-42.

COLLINS, Patricia Hill. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. – 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória*. Dossiê Comunicação e desigualdade. Revista Científica de Comunicação Social da FIAM – FAAM, V.5, N.1 (2017), – ISSN: 2317-4919, 2017, pp 6-17.

Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde (Brasil). *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual* / elaboração: André Luiz de Figueiredo Lázaro; organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos.; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. TEMPO IMPERFEITO: UMA ETNOGRAFIA DO ARQUIVO. *MANA* 10(2):287-322, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/XYzjLRvbTLVNnfsZVMJTYgf/?lang=pt>.

FERREIRA, Guilherme Gomes. *A prisão sobre o corpo trans: gênero e significados sociais*. In: *Transfeminismo: teorias e práticas*. Jaqueline Gomes de Jesus. [et al.]. -2. ed.- Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p.121-137.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. *Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. 1ª edição/Salvador- BA Editora Devires, 2020.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. *O diabo em forma de gente. (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. – Curitiba, 2017.

GOMES DE OLIVEIRA, Megg Rayara. *Transexistências negras: o lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX*. In: ———. *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação*. Organização Paula Regina

Costa Ribeiro, Joanalira Corpes Magalhães, Fernando Seffener e Teresa Vilaça. Rio Grande: Editora da FURG, 2018. p. 68-88.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/ organização Flávia Rios, Márcia Lima. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALÉZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos/organização Flavia Rios, Márcia Lima. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Sexismo e racismo na cultura brasileira. IN: In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes. Transfeminismo: teorias e práticas/Org. Jaqueline Gomes de Jesus... [et al.]. -2. ed.- Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes. Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra. In: Revista Docência e Cibercultura. ReDoc. Rio de Janeiro. v.3.n.1.Jan/Abr. 2019. pp. 250-260. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/41817/0>. Acesso em 21 de julho de 2021.

JESUS. Jaqueline Gomes. Travessia: caminhos da população trans na história. In: Histórico do Movimento LGBT no Brasil./Organizadores James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. 1. Ed.- São Paulo: Alameda, 2018.

KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. 2ª Ed. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro-RJ, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo Unicamp, 1994.

LOPES, Fábio Henrique. Agora, as mulheres são outras. Travestilidade e envelhecimento. In: Transfeminismo: teorias e práticas/Org. Jaqueline Gomes de Jesus... [et al.]. -2. ed.- Rio de Janeiro: Metanoia, 2015. p.171-194.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 22, v. 3, pp. 935-952, set.-dez. 2014.

NASCIMENTO, Leticia Carolina Pereira do. Transfeminismo. São Paulo: Jandaira, 2021.

CUNHA, Neon. O enfrentamento dos efeitos do racismo, cissexismo e transfobia na saúde mental/ organizadores Neon Cunha...[et.al.].- São Paulo: Editora Dandara: Instituto AMMA Psique e Negritude, 2021.

NOGUEIRA, Luma. Travestis na escola: Assujeitamento e resistência à ordem normativa; Editora Léa Carvalho. – 1.ed.-Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

PÉLUCIO, Larissa. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo na aids. São Paulo: Annablume, 2009.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 02. Nº. 3, 1989.

PORCINO, CARLE. Travestilidades: representações sociais de universitários/ Carle Porcino, Maria Thereza Ávila Dantas Coelhos, Jeane Freitas de Oliveira. – 1.ed.- Curitiba: Appris, 2020.

REIDEL, Marina. Identidades trans: onde estamos: Para onde vamos: In: Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento/Anderson Ferrari/ Roney Polato de Castro (Org.)- Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

REIS, T., org. Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte (MG): Letramento: justificando, 2020.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? – 1ª ed.- São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SARAIVA, Marcio Sales. Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT. -1ªed.-Rio de Janeiro: Metanóia, 2017.

SOUZA, Dediane. “Entre a casa e a rua”: um olhar sobre a solidariedade entre travestis em tempos de pandemia. In: Pedagogia e educação intercultural para o desenvolvimento sustentável. /Organizadores: Alexandre Martins Joca, Racquel Valério Martins, Renato Alves Vieira de Melo. Cajazeiras/PB: AIPGP, 2021, p. 292-302.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte MG: Editora UFMG, 2010.

VERAS, Elias Ferreira. Travestis: carne, tinta e papel. 2. ed. - Curitiba: Appris, 2019.